

DEMOCRACIA CONVIVENDO COM O APOIO A REGIMES AUTORITÁRIOS: A CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS PORTO-ALEGRENSES

DEMOCRACY COEXISTING WITH SUPPORT FOR AUTHORITARIAN REGIMES: THE YOUNG PEOPLE POLITICAL CULTURE FROM PORTO ALEGRE

Jennifer Azambuja de Moraes*

Felipe Silva Milanezi†

Resumo: Os sinais conflitantes no cenário político, entre valores democráticos e valores autoritários, estão sendo cada vez mais expostos pela crise gerada na saúde, na economia e na política com o novo coronavírus, especialmente no Brasil. A pandemia não aumentou o autoritarismo brasileiro; apenas deflagrou atitudes e comportamentos que já estão em percurso desde as manifestações de junho de 2013. Nesse sentido, o artigo objetiva analisar os impactos socioeconômicos e culturais, em especial a ideologia, no apoio a um governo autoritário dos jovens porto-alegrenses. A hipótese central é de que os jovens de classes mais altas, com menos interesse por política e mais à direita do espectro ideológico apoiam mais governos autoritários. Para isso o artigo vai utilizar dados da pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, feita com jovens de 15 a 24 anos de Porto Alegre, em 2019.

Palavras-chave: Cultura Política. Democracia. Juventude. Sul do Brasil.

Abstract: The conflicting signs on the political setting between democratic values and authoritarian values, are being increasingly exposed by the crisis generated in health, the economy and politics with the new coronavirus, especially in Brazil. The pandemic did not increase Brazilian authoritarianism; only triggered attitudes and behaviors that are already on the way since the demonstrations in June 2013. In this sense, the article aims to analyze the socioeconomic and cultural impacts, especially ideology, supporting an authoritarian government of young people from Porto Alegre. The central hypothesis is that young people from higher classes with less interest in politics and more to the right of the ideological spectrum support more authoritarian

* Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Pós-doutorado em Ciência Política pela UFRGS. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa da América Latina (NUPELAL) e Editora Assistente da Revista Debates. E-mail: jennifer.amorais@gmail.com.

† Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa da América Latina (NUPELAL). E-mail: felipe_milanezi@hotmail.com

governments. For this, the article will use data from the research “Democracy, political values and social capital: a comparative study of political socialization of young people in southern Brazil”, conducted with young people aged 15 to 24 from Porto Alegre in 2019.

Keywords: Political Culture. Democracy. Youth. Southern Brazil.

1 Introdução

Depois de três décadas do fim do regime militar no Brasil, manifestações pedindo a volta do regime e de uma intervenção militar, começaram a ocupar as ruas e as redes sociais. Somando-se a isso, em meio à pandemia da COVID-19 que o mundo está vivenciando, muitos brasileiros, endossados pelas falas presidenciais que minimizam as consequências desse novo coronavírus, além de pedirem pelo fim do isolamento social, não cumprem as medidas adotadas pelos estados e municípios contra o avanço da doença. O cenário político, que, desde as eleições de 2014, deflagrou uma polarização política, está em crise, demonstrando fragilidade das instituições democráticas e da capacidade de amenizar as desigualdades sociais e econômicas.

A cultura política brasileira, que é descrita como apática (BAQUERO, 2018; MOISÉS, 2013), está se caracterizando, desde as eleições de 2014, por uma polarização política que corrobora com atitudes e comportamentos de intolerância e autoritarismo políticos. Discursos de ódio, agressões e insatisfação com as instituições democráticas permeiam os debates sobre político na atualidade e se proliferam rapidamente pelo uso das redes sociais.

No meio das incertezas sobre o sistema político, das desconfianças com as instituições democráticas e do medo dessa pandemia estão os jovens, que já estão vivendo um momento de dúvidas sobre seu futuro, que também são os mais atingidos pelo advento da internet, tanto pelos seus efeitos positivos quanto negativos. Nesse sentido, o artigo objetiva analisar os impactos socioeconômicos e culturais, em especial a ideologia, no apoio a um governo autoritário dos jovens porto-alegrenses. A hipótese central é de que os jovens de escolas privadas, com menos interesse por política e mais à direita do espectro ideológico apoiam mais governos autoritários.

Para testar as hipóteses será utilizado o protocolo quantitativo, através da análise dos dados da pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL/UFRGS). Foram feitas 865 entrevistas com jovens de 15 a 24 anos, de escolas públicas e privadas, no Ensino Médio, em Porto Alegre, em 2019. Os dados são analisados de forma descritiva, com frequências e cruzamentos, e inferencial, com a análise do qui-quadrado. A variável dependente é o apoio a governos autoritários em determinadas circunstâncias¹, enquanto as variáveis independentes são as socioeconômicas (sexo² e tipo de

¹ A questão no survey é: “Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação: em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático.”

² A questão no survey é: “Sexo”.

escola³), as culturais (interesse por política⁴, confiança no Presidente⁵, participação política⁶ e tolerância política⁷) e a ideologia (posicionamento do espectro ideológico⁸).

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira é feita uma revisão sobre cultura política e democracia no Brasil. A seguir um debate sobre a convivência da democracia com valores autoritários. Por fim, uma análise dos dados sobre os jovens, tendo como variáveis independentes as características socioeconômicas, culturais e ideologia dos jovens e como variável dependente os valores autoritários.

2 Cultura política e democracia no Brasil

Analisar a cultura política na estabilidade democrática é recorrente na Ciência Política. Tal preocupação foi abordada, por exemplo, pelos autores Aristóteles, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville e Gramsci, porém originaram diferentes abordagens, até contraditórias entre si. No entanto, até a década de 1950, o principal foco dos estudos sobre a democracia eram os seus elementos institucionais. Mas, com o surgimento do nazismo, fascismo, crises do liberalismo e da representação, tal abordagem institucionalista era insuficiente para explicar esses fenômenos. Então, segundo Dahl (1963) e Almond (1996), os estudos na Ciência Política começaram a focar a dinâmica real da política, a partir de hipóteses testáveis.

A partir da década de 1960, inicia-se a abordagem comportamentalista, influenciada pelo behaviorismo, conhecida pela teoria da cultura política. Essa abordagem ganhou espaço na área com o estudo seminal de Almond e Verba (1963). Para os autores, o termo cultura política se refere às orientações especificamente políticas, às atitudes relacionadas ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos no sistema (ALMOND; VERBA, 1963). Sendo assim, a cultura política de uma nação, segundo os autores, seria a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação, caracterizando-se como uma lealdade às instituições do regime democrático.

Apesar das críticas deste estudo quanto ao seu determinismo e elitismo (COLEMAN, 1989; NORTH, 1990; HETHERINGTON, 1998; NORRIS, 1999; BRAITHWAITE; LEVI, 1998; DIAMOND, 1994), não se pode negar a relevância de compreender a estabilidade democrática pelas atitudes e comportamentos dos cidadãos e não só pelas instituições. Concordando-se com Moisés (1995), os processos clássicos de democratização sugerem que, mesmo admitindo-se a existência de certa margem de autonomia na sua formação, os valores, as atitudes e os procedimentos políticos se reforçam a partir da interação entre o comportamento e o funcionamento

³ A questão no survey foi anotada pelo entrevistador: “Tipo de escola”.

⁴ A questão no survey é: “Você se interessa por política?”.

⁵ A questão no survey é: “Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Presidente”.

⁶ A questão no survey é: “Na sua opinião, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver esses problemas?” Opções: “Um líder que coloque as coisas no lugar” ou “A participação da população nas decisões do governo”.

⁷ A questão no survey é: “Em relação às frases abaixo, indique se concorda, concorda em parte ou não concorda: É importante que todas as pessoas tenham o direito de expressar seus pontos de vista políticos, mesmo que sejam diferentes do meu ponto de vista”.

⁸ A questão no survey é: “Atualmente, fala-se muito sobre direita e esquerda na política brasileira. Na escala abaixo, o 1 corresponde à extrema esquerda e o 10 à extrema direita. Marque um X na posição em que você se coloca”.

das instituições políticas, algo que implica tanto processos de aprendizagem do seu uso quanto de ressocialização política induzida pela experiência, mas ambos sedimentam-se com o passar do tempo e com a continuidade dos processos que constituem os sistemas políticos.

No final da década de 1980, iniciou-se uma abordagem de estudos da cultura política como instrumento analítico, analisando as crenças e valores dos grupos sociais (por exemplo, INGLEHART, 1988, 2002; INGLEHART; WELZEL, 2005; PUTNAM, 1996; PHARR; PUTNAM, 2000). Tal perspectiva deu início a análises sobre o comportamento político, colocando as crenças e os valores dos indivíduos como elementos indispensáveis para a tomada de decisão política.

Dalton e Welzel (2014a), ao retomarem a análise de cultura política e estabilidade democrática, afirmam que, segundo as pesquisas *surveys* feitas nos últimos quarenta anos, demonstram que os cidadãos presentemente estão desenvolvendo valores mais assertivos e de autoexpressão⁹, contrários aos valores de lealdade e submissão do modelo de Almond e Verba. Dalton e Welzel (2014b) definem orientações assertivas como uma postura que encoraja as pessoas a serem críticas e expressarem preocupações comuns. Tais valores combinam liberdade, igualdade e visões expressivas, envolvendo uma ênfase nas “liberdades individuais”, na “igualdade de oportunidades” e na “voz do povo”. Essas prioridades tornam as pessoas conscientes dos seus direitos e dos outros, que se indignam com as violações dos direitos, criando-se, assim, um estímulo para expressar suas indignações através da ação coletiva (DALTON; WELZEL, 2014b).

A proposta dos autores é de que há uma mudança da natureza da cidadania democrática, uma vez que, ao invés de cidadãos leais e submissos às instituições do regime, as democracias estão possibilitando o surgimento de cidadãos críticos. As evidências demonstram que não só nas democracias estabelecidas, como também nas democracias emergentes, as orientações assertivas estão se tornando realidade (DALTON; WELZEL, 2014). Portanto a evolução da cultura política sugere que as orientações democráticas diferem do modelo de cultura cívica de Almond e Verba, levando a uma revitalização da cultura política e a um novo potencial de avanço democrático.

Quando se analisam os trabalhos sobre essa perspectiva comportamentalista no Brasil (BAQUERO; PRÁ, 2007; BAQUERO, 2008, 2011, 2018; CASTRO, 2008; AMORIM, 2007; MOISÉS, 1995, 2013; RIBEIRO; BORBA, 2011), percebe-se que a cultura política do brasileiro é apática, de resignação e híbrida, pois “mistura dimensões formais procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade e, em alguns casos, de legitimidade” (BAQUERO, 2008, p. 21).

Essas considerações não surpreendem quando retomamos alguns autores brasileiros que, buscando compreender a evolução do Brasil, apontaram a influência histórica marcada pela instabilidade política e econômica e o autoritarismo vivenciado no país como responsáveis pela falta de uma cultura política democrática (TORRES, 1933; VIANNA, 1952, 1956; AMARAL, 1934; FREYRE, 1986; HOLANDA, 1969). Esses estudos revelam as práticas clientelistas, personalistas, autoritárias, patrimonialistas e corporativas (que ganharam destaque com o estudo de FAORO, 1975) que se mantêm até hoje e são consideradas estruturais na cultura brasileira (AMORIM, 2007; MOISÉS, 1995; BAQUERO, 1997).

⁹ Conforme a definição de Inglehart e Welzel (2005).

A partir desses clássicos da evolução do Brasil, concorda-se com Moisés (1995, p. 105), que aponta que a cultura política brasileira tem sido descrita como um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade,

combinando traços herdados das raízes “ibéricas” do país — isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários — com componentes “estadistas” e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado.

Para Moisés (1995), essas tradições da cultura política são bem conhecidas: clientelismo, populismo, autoritarismo, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e anti-institucionalismo.

Complementar a essas características, o Brasil ainda apresenta baixos níveis de capital social, com baixa participação política e alta desconfiança institucional (BAQUERO, 2006, 2013; MOISÉS, 1995, 2013; KLIKSBURG, 1999; MONASTERIO, 2005; HIGGINS, 2005). Esse quadro, tanto da cultura política quanto do capital social, não é diferente no Sul do Brasil, onde estudos apontaram a existência de um nível baixo de confiança nas instituições e nos políticos, de interesse pela política e de participação política (BAQUERO; PRÁ, 2007; NAZZARI, 2005; BIRKNER, 2006; MONASTERIO, 2003; PASE; SANTOS, 2008; PASE, 2006; RIELD; VOGT, 2003).

Em relação à cultura política e aos níveis de capital social dos jovens estudantes, por exemplo, no Rio Grande do Sul, segundo a pesquisa do NUPESAL (2002), estes apresentam uma cultura política apática e baixos níveis de participação política e confiança institucional, repetindo os padrões das gerações anteriores. Além disso, estão apresentando valores não democráticos, como intolerância política e discurso de ódio (MORAIS, 2017).

3 Democracia convivendo com valores autoritários

O debate acerca da democracia e de valores democráticos remonta a sua criação, na Grécia Antiga, e vem sofrendo constantes mudanças, conforme seu estabelecimento e consolidação como regime político predominante no mundo ocidental. Historicamente, podemos apontar que a institucionalidade liberal, que hoje pode ser considerada a única forma de institucionalização da democracia através da representação, tem origens pouco democráticas, negando a participação da população na política com mecanismos de disputa e de exercício do poder que tinham como principal fator motivador a preservação da propriedade privada, bem como a defesa dos proprietários de terras dos anseios dos não proprietários (LIMONGI, 2001; LOSURDO, 2004).

Entretanto, a partir da revolução francesa e da propagação do sistema político estadunidense como exemplo de funcionamento democrático defendido por Tocqueville, a representação virou praticamente um sinônimo de democracia, eclipsando qualquer outra forma de sistema democrático surgida, senão por leves mudanças no funcionamento da representação e da eleição. Tal ofensiva da hegemonia da representação foi intensificada a partir da Guerra Fria e da oposição entre o Bloco Socialista e os países capitalistas, consolidando na literatura ocidental o sistema democrático liberal como única forma possível de democracia.

Dessa forma, a predominância do regime democrático como consenso na maior parte do mundo levou a leituras, na segunda metade do século XX, que o apontavam como única alternativa possível diante da contemporaneidade, culminando em proposições como a de que a democracia seria um valor universal, originalmente proposto por Enrico Berlinguer e, a partir de Coutinho (1980), difundido no Brasil. Nesse sentido, imaginava-se que o debate acerca da democracia no mundo ocidental havia chegado em um ponto consensual de todas as forças políticas e vertentes de pensamento, resultando em um acordo tácito de respeito às regras democráticas para a resolução dos conflitos e contradições existentes na sociedade. Se, à época dessas formulações, já era possível perceber um otimismo exacerbado em relação ao respeito aos valores democráticos, os fatos que se desenrolaram realçaram o quanto a previsão formulada não correspondeu ao que se esperava.

As ditaduras ocorridas em vários países da América Latina, em períodos diversos, colocaram a região sob interrupções autoritárias constantes que não permitiram uma consolidação da democracia em sua plenitude, uma vez que legaram valores autoritários, mesmo com o estabelecimento de regimes democráticos. Avaliando para além da América Latina, Dalton e Welzel (2014b) já apontavam a existência de sociedades em que o apoio à democracia existia paralelamente a comportamentos e opiniões autoritárias. Uma vez que essa análise pode ser limitada quanto à compreensão da democracia em países de fora da Europa ou dos Estados Unidos, é preciso compreender as especificidades do desenvolvimento ou não da democracia no Brasil. Nesse sentido, pode-se observar que no Brasil o estabelecimento de bases democráticas, bem como do reforço de valores democráticos teve problemas, que legam uma cultura política híbrida, onde há instituições e normas formais que carecem de legitimidade (BAQUERO, 2011, 2012; BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011). Assim, da Costa e González (2019, p. 127) apontam que “a transição pura e simples não basta para a construção de um regime democrático sólido, e os legados autoritários são um obstáculo para esse processo de construção”.

Moisés (1995) aponta que comportamentos e atitudes impedem que o regime democrático se consolide em sua plenitude, uma vez que inibem a criação de uma cultura política democrática. Desse modo, é necessário compreender que a relação dos cidadãos com a democracia opera de maneira diferente nas dimensões normativa e prática, uma vez que a primeira opera como princípio, de maneira pouco palpável e com elementos objetivos de observação frágeis, e a segunda com a satisfação e confiança nas instituições e nos seus mecanismos de funcionamento, de maneira mais direta e palpável (MOISÉS, 2008). Portanto o apoio retórico à democracia não necessariamente se traduz em atitudes e comportamentos democráticos por parte de seus apoiadores, pois os cidadãos ainda guardam resquícios do passado autoritário, não possuem experiência em participação política e apresentam dificuldades para compreender as complexidades da vida política, das instituições, da separação de poderes, prestação de contas, já que isso depende de uma formação política, que é deficitária em regimes autoritários e que necessita de tempo até ser aperfeiçoada (MOISÉS, 2008).

O apoio à democracia não corresponde, necessariamente, ao apoio às instituições ou satisfação com o seu funcionamento, senão na forma como isso traduz em fatores mais subjetivos, relativos a como os indivíduos se sentem em relação às instituições (NORRIS, 1999;

MOISÉS, 2008). Ainda deve ser ressaltado que a maneira de atuação das instituições em regimes democráticos que possuem um legado autoritário tende a refletir práticas autoritárias em seu funcionamento, complexificando ainda mais a compreensão do mecanismo das instituições dentro de regimes democráticos (DA COSTA; GONZÁLEZ, 2019). Ou seja, mesmo as novas instituições, que são democráticas, também carregam um legado autoritário herdado das instituições autoritárias, tendo elas mudado ou não. Em uma realidade em que mesmo instituições democráticas possuem traços de autoritarismo, não se pode exigir o inverso dos cidadãos de modo geral.

É necessário, portanto, compreender a cultura política no Brasil, seus valores autoritários e democráticos, conforme as especificidades do país, bem como sua história e desenvolvimento. Contudo isso não é o suficiente para apontar que os níveis crescentes de intolerância e de violência política devam ser ignorados ou tomados como parte constitutiva dos valores democráticos especificamente brasileiros. Nesse sentido, ao analisarem países latino-americanos, Souza e Gallo (2015) apontam para o legado autoritário em diversos países que passaram por ditaduras, destacando o Brasil como país onde se pode verificar, de forma mais acentuada, valores autoritários entre os cidadãos. Ressalta-se, ainda, que, mesmo diante de uma cultura apática (MOISÉS, 2013; BAQUERO, 2018), os níveis de intolerância e de violência política, principalmente em zonas afastadas das capitais dos estados, continuaram existindo.

De acordo com levantamento da Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre 1964 e 2016, foram assassinados 2,5 mil líderes de movimentos políticos ligados à luta por terras e pela reforma agrária no Brasil (AMENI, 2017). Ainda, é possível observar assassinatos de lideranças comunitárias, sindicais, indígenas, quilombolas, entre outros, mesmo nos anos de maior estabilidade democrática e de fortalecimento das instituições no país. Esses conflitos, embora por vezes sejam secundarizados e vistos como tangentes à vida política, são frutos de contradições e conflitos presentes no cerne da vida política nacional, não podendo ser dissociados da cultura política e da forma como as relações políticas se estabelecem.

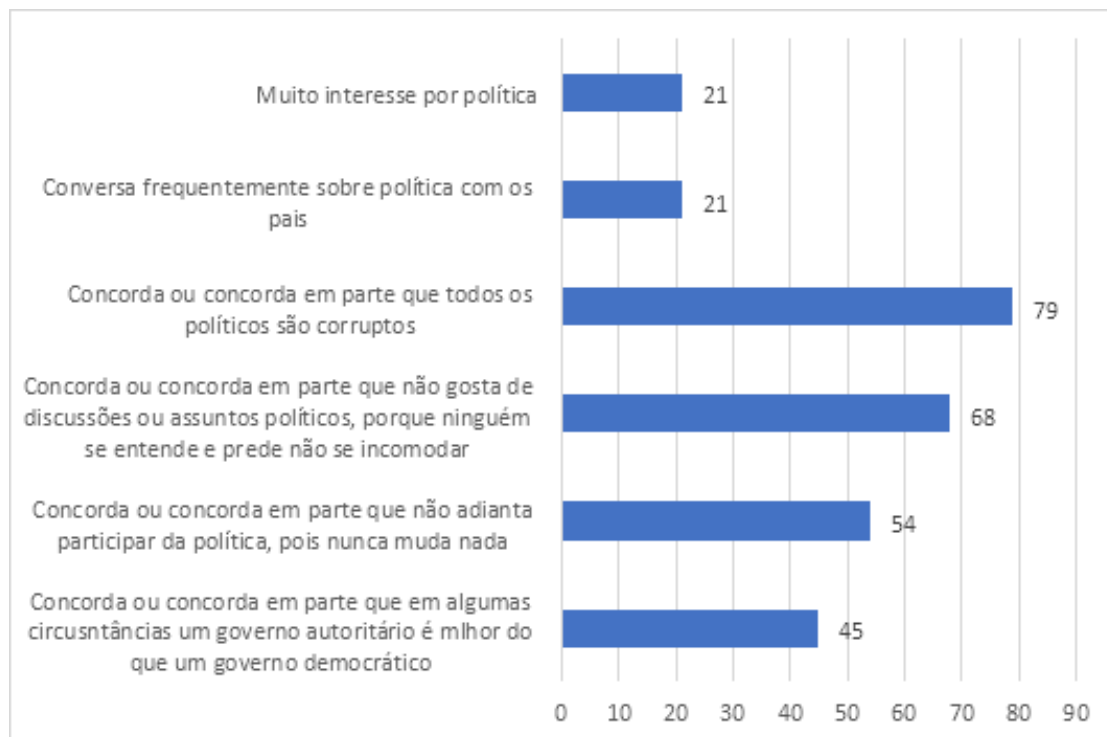
Nesse sentido, pode-se notar que elementos autoritários na cultura política brasileira já apresentados por diversos estudos (BAQUERO, 2008, 2012, 2018; MOISÉS, 2013, 2005) estão presentes na sociedade brasileira no mesmo momento em que conflitos políticos ocorrem, assim como as instituições e a democracia formal seguem funcionando enquanto ocorrem conflitos violentos e, por vezes, fatais. Desse modo, os elementos autoritários que regem as instituições democráticas (DA COSTA; GONZÁLEZ, 2019) permitem que uma democracia formal opere com grande tolerância e ínfimas perspectivas de combater a violência política e o autoritarismo no país, pois os elementos autoritários presentes nas instituições possibilitam que o convívio político e as instituições sejam permeadas por práticas pouco democráticas e mais restritivas.

4 Valores autoritários nos jovens porto-alegrenses

As evidências de que o legado dos períodos autoritários no Brasil ainda fomenta uma cultura política apática e de resignação no país (BAQUERO, 2018; MOISÉS, 2013; DA COSTA; GONZÁLEZ, 2019), dão suporte para o objetivo deste artigo que busca analisar os impactos socioeconômicos e culturais, em especial a ideologia, no apoio a um governo autoritário dos

jovens porto-alegrenses. Isso porque os jovens, assim como as gerações anteriores, também se mantêm afastados da política, apáticos, não participativos e desconfiados de suas instituições políticas, conforme os dados do Gráfico 1.

Gráfico 1 — Panorama geral da cultura política dos jovens de Porto Alegre (9%)



Fonte: Nuposal (2019).
n = 865

Os dados do gráfico acima demonstram que os jovens apresentam baixo interesse por política (21%), não conversam frequentemente sobre política com os pais (21%), consideram os políticos corruptos (79%), não gostam de discussões políticas (68%), avaliam não adiantar participar da política, pois esta não muda (54%) e quase metade da amostra concorda ou concorda em parte com um regime autoritário em algumas circunstâncias (45%). Esses dados proporcionam um panorama geral da cultura política dos jovens porto-alegrenses, que não se distancia do que as gerações anteriores apresentavam: uma cultura política apática (BAQUERO, 2018; MOISÉS, 2013).

Para analisar o apoio a governos autoritários por parte dos jovens, primeiro são analisados os impactos das variáveis socioeconômicas, como sexo e tipo de escola; depois as variáveis culturais, como interesse por política, confiança no Presidente, participação política e tolerância política; e, por fim, a variável ideologia, com a divisão esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita.

Na Tabela 1, apesar de ser baixa a distribuição das porcentagens entre os que concordam com um regime autoritário, é possível observar que os jovens do sexo masculino apresentam uma opinião mais autoritária que as jovens do sexo feminino. Enquanto 12,7% dos jovens entrevistados concordam com a afirmação “Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático”, apenas 3,9% das jovens entrevistadas concordam. Na

Tabela 1 — Sexo *X* apoio a governo autoritário (%)

		Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático			
		Concordo	Concordo em parte	Discordo	Total
Sexo	Masculino	12,7	37,5	49,9	100,0
	Feminino	3,9	36,4	59,8	100,0

Fonte: Nupesal (2019).
 $n = 810 / r = 0,00$

discordância é possível se observar a mesma lógica, de forma invertida, ou seja, as entrevistas discordam mais (59,8%) do que os entrevistados (49,9%).

Tabela 2 — Tipo de Escola *X* apoio a governo autoritário (%)

		Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático			
		Concordo	Concordo em parte	Discordo	Total
Tipo de escola	Pública	8,1	40,1	51,8	100,0
	Privada	8,3	28,4	63,3	100,0

Fonte: Nupesal (2019).
 $n = 820 / r = 0,00$

Já, quando analisados os dados referentes ao tipo de escola, observa-se uma tendência autoritária maior entre os estudantes de escolas públicas, pois, embora a resposta “concordo” tenha um nível semelhante (8,1% pública e 8,3% privada), a resposta “concordo em parte” é significativamente maior entre os estudantes de escola pública (40,1%), bem como a resposta “Discordo” é maior entre os estudantes de escolas privadas (63,3%). Esses dados vão ao encontro das considerações apresentadas por Zorzi (2020), de que os jovens de escolas privadas apresentam mais valores democráticos do que os jovens de escolas públicas.

Além de se constatar que os jovens do sexo masculino e os alunos de escolas públicas apresentam um apoio maior a um regime autoritário, ambas as variáveis apresentaram qui-quadrado significativo nos cruzamentos apresentados, o que apresenta a relação entre essas variáveis, assim não confirmando a primeira parte da hipótese apresentada de que jovens de escolas privadas apoiariam mais regimes autoritários.

Em relação às variáveis culturais, apresentadas nas Tabelas 3, 4, 5 e 6, destaca-se que os jovens já apresentam uma cultura política apática (conforme visto no Gráfico 1), por isso é importante verificar as diferenças entre jovens que apresentam valores mais democráticos com os que não apresentam para compreender o apoio a um governo autoritário.

Apesar de apenas 21% dos jovens entrevistados apresentarem muito interesse pela política, como visto no Gráfico 1, os dados da Tabela 3 demonstram a importância desse

Tabela 3 — Interesse por política X apoio a governo autoritário (%)

		Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático			
		Concordo	Concordo em parte	Discordo	Total
Interessa-se por política	Muito	9,0	22,6	68,4	100,0
	Pouco	6,5	38,8	54,7	100,0
	Nenhum interesse	12,7	46,4	41,0	100,0

Fonte: Nupesal (2019).
 $n = 807 / r = 0,00$

interesse, visto que os jovens que apresentam muito interesse discordam mais com a possibilidade de um governo autoritário (68,4%) do que os jovens com pouco (54,7%) ou nenhum interesse (41%). Sabe-se que o interesse por política está relacionado com o processo de socialização política dos jovens (MORAIS; BAQUERO, 2020) e que estes são influenciados pela família, escola e meios de comunicação. Nesse sentido, mais uma vez se concorda que os jovens estão mantendo atitudes e comportamentos das gerações anteriores (BAQUERO, 2018; MORAIS, 2017) e que isso pode ser um agravante para a estabilidade democrática, visto que a falta de interesse corrobora com o apoio ao governo autoritário.

Tabela 4 — Confiança no Presidente X apoio a governo autoritário (%)

		Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático			
		Concordo	Concordo em parte	Discordo	Total
Tipo de escola	Pública	8,1	40,1	51,8	100,0
	Privada	8,3	28,4	63,3	100,0

Fonte: Nupesal (2019).
 $n = 809 / r = 0,00$

Conforme os dados do Nupesal (2019), 33,6% dos jovens entrevistados confiam ou confiam, em parte, no presidente Jair Bolsonaro, enquanto 66,4% afirmam não confiar. A Tabela 4 mostra uma diferença maior entre os jovens, apresentando uma relação entre a confiança no presidente e o apoio a um governo autoritário. Entre os jovens que confiam, 27,3% concordam com o governo autoritário, enquanto os que não confiam, apenas 6% concordam. O mesmo se percebe, inversamente, entre confiança e discordância, pois os jovens que confiam discordam menos (40,9%) comparados aos que não confiam (59,5%).

Consideramos que esta diferença está relacionada aos discursos com valores mais autoritários e conservadores por parte do Presidente, desde sua candidatura. O seu discurso é marcado pelo apoio ao regime autoritário e por referências a militares que atuaram violentamente durante o regime autoritário, além de ter um índice alto de indicações de militares para cargos

civis em seu governo. Este posicionamento do atual Presidente explica a relação significativa entre confiança e o apoio a um governo autoritário em algumas circunstâncias.

Tabela 5 — Solução para resolver os problemas do país X apoio a governo autoritário (%)

		Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático			
		Concordo	Concordo em parte	Discordo	Total
Na sua opinião, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver esses problemas?	Um líder que coloque as coisas no lugar.	14,1	44,3	41,6	100,0
	A participação da população nas decisões do governo.	5,5	33,6	60,9	100,0

Fonte: Nupesal (2019).
 $n = 817 / r = 0,00$

Com relação aos dados da Tabela 5, nota-se mais uma vez a influência do tipo de cultura política para a estabilidade da democracia, visto que os jovens entrevistados que preferem líderes que coloquem as coisas no lugar concordam mais com a possibilidade de governos autoritários em determinadas circunstâncias (14,1%) do que os jovens que indicam a participação popular nas decisões do governo como uma solução aos problemas do país (5,5%). Isso se confirma, de forma inversa, também na distribuição das porcentagens entre os que discordam de governos autoritários, sendo 41,6% entre os que preferem líderes e 60,9% entre os que preferem a participação popular.

Jovens que participam e consideram a participação política importante na resolução dos problemas do país tendem a apresentar uma cultura política marcada por valores democráticos, enquanto o apoio aos líderes indica a tendência de internalização de valores autoritários.

Na Tabela 6, os dados apresentados sobre tolerância política apontam para uma diferença significativa entre os que concordam e os que não concordam com a importância das pessoas terem o direito de expressar seus pontos de vista políticos, mesmo que sejam diferentes dos seus. Os jovens mais tolerantes apresentam baixo apoio a um governo autoritário (7,5%), enquanto os jovens menos tolerantes apresentam um apoio maior (33,3%). Essa diferença aumenta, inversamente, ainda mais quando se analisa a discordância em relação a governo autoritário ser possível em algumas circunstâncias.

As análises feitas com as variáveis culturais apresentaram significativos qui-quadrados, mais uma vez corroborando com estudos da cultura política sobre a importância da constituição de uma cultura política participativa e interessada pela estabilidade e pela qualidade da democracia (AMORIM, 2007; MOISÉS, 2013; BAQUERO, 2018). Além disso, confirmam a segunda parte da hipótese, de que jovens menos interessados pela política tendem a apoiar mais governos autoritários.

Seguindo para a variável ideologia, é importante destacar que 45,5% dos jovens entrevistados não responderam ou responderam não sei. Entre os 54,5% que responderam, e são

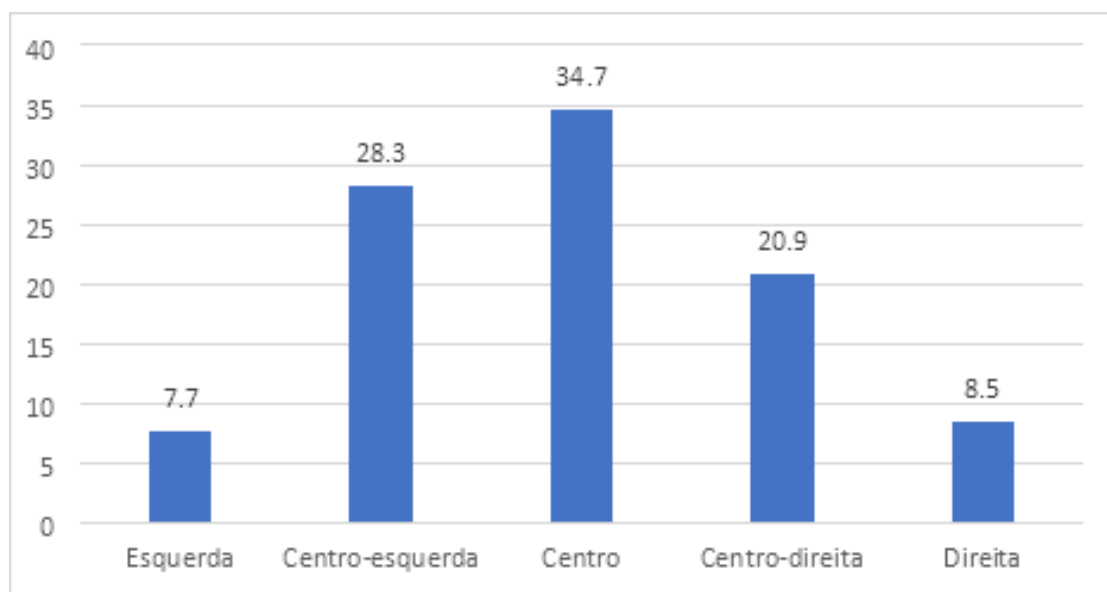
Tabela 6 — Tolerância política X apoio a governo autoritário (%)

		Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático			
		Concordo	Concordo em parte	Discordo	Total
É importante que todas as pessoas tenham o direito de expressar seus pontos de vista políticos, mesmo que sejam diferentes do meu ponto de vista	Concordo	7,5%	36,0%	56,6%	100,0
	Concordo em parte	10,8%	41,9%	47,3%	100,0
	Não concordo	33,3%	60,0%	6,7%	100,0

Fonte: Nupesal (2019).
 n = 812 / r = 0,00

esses que serão considerados na análise a seguir, percebeu-se uma pulverização das respostas, sendo necessário agrupar em cinco categorias: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 — Ideologia (%)



Fonte: Nupesal (2019).

Para esta recategorização considerou-se os seguintes valores: de 1 a 2 como Esquerda; de 3 a 4 como Centro-esquerda; de 5 a 6 como Centro; de 7 a 8 como Centro-direita e 9 a 10 como Direita. É possível observar que a maior parte dos jovens que responderam à questão se consideram próximos do mais próximos de uma posição de Centro, sendo esta a maior (34%), com Centro-esquerda (28,3%) e Centro-direita (20,9%) as sequencialmente maiores.

Quando cruzada a ideologia dos jovens com apoio a regime autoritário, nota-se que aqueles que se consideram de centro-direita (18,4%) ou de direita (20,6%) no espectro político

Tabela 7 — Ideologia X apoio a governo autoritário (%)

Ideologia	Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático			
	Concordo	Concordo em parte	Discordo	Total
Esquerda	8,8	14,7	76,5	100,0
Centro-esquerda	1,5	15,3	83,2	100,0
Centro	5,6	37,0	57,4	100,0
Centro-direita	18,4	36,7	44,9	100,0
Direita	20,6	38,2	41,2	100,0

Fonte: Nuposal (2019).
 $n = 459 / r = 0,00$

tendem a concordar mais com a afirmação, revelando uma tendência mais autoritária. Da mesma forma, a discordância é maior dentre aqueles que se consideram mais de centro-esquerda (83,2%) ou de esquerda (76,5%) no espectro político. Pode-se considerar também que os jovens apontados como Esquerda (8,8%) apresentam uma posição levemente mais autoritária que aqueles apontados como Centro-esquerda (1,5), embora ainda seja em um nível menor que os apontados como Centro-direita ou direita.

Mais uma vez, o qui-quadrado apresentou significância, apontando para a relação entre as variáveis. Com isso, confirma-se a última parte da hipótese inicial de que os jovens mais à direita do espectro ideológico apoiam mais governos autoritários.

5 Considerações finais

Ao trabalhar com democracia e apoio a governos autoritários, percebe-se a coexistência conflitante entre o sistema e os valores dos cidadãos no Brasil, que estão impactando negativamente na estabilidade e na qualidade do regime democrático. Com isso, o objetivo central deste artigo foi o de analisar os impactos socioeconômicos e culturais, em especial a ideologia, no apoio a um governo autoritário dos jovens porto-alegrenses.

Os dados analisados na pesquisa com jovens, feita pelo Nuposal (2019), apontam que a falta de uma cultura cívica por parte dos jovens está deflagrando a falta de valores democráticos, o que tem gerado um apoio de 45% dos jovens a governos autoritários. Este resultado vai ao encontro do apresentado na literatura de Cultura Política no Brasil, visto que as gerações anteriores apresentavam valores, crenças, atitudes e comportamentos políticos similares (BAQUERO, 2018; MOISÉS, 2013; DA COSTA; GONZÁLEZ, 2019).

As análises apresentadas na terceira seção deste artigo, ao atingirem o objetivo central, confirmam em parte a hipótese formulada inicialmente de que os jovens de escolas privadas, com menos interesse por política e mais à direita do espectro ideológico apoiam mais governos autoritários. Em relação às variáveis socioeconômicas, constata-se que os jovens do sexo masculino e de escolas públicas é que apresentam um apoio maior a um regime autoritário. Isso corrobora

com a afirmação de Zorzi (2020) de que alunos de escola privada apresentam mais valores democráticos. A explicação que se dá aqui é de que a qualidade na educação influencia na internalização de valores mais democráticos, o que deflagra a necessidade de investimentos no sistema de educação do país.

A segunda parte da hipótese, de que jovens menos interessados pela política apoiam mais governos autoritários, é confirmada, mais uma vez dando suporte para a importância dos estudos de Cultura Política na Ciência Política e para a necessidade de fomentar o interesse pela política e pela participação política, especialmente entre os jovens. A internalização de valores democráticos está no aumento da qualidade da educação e no empoderamento dos cidadãos para a constituição de níveis altos de capital social (BAQUERO, 2013, 2018; MORAIS; BAQUERO; 2020).

Os dados da Tabela 7 confirmam a última parte da hipótese de que jovens mais à direita do espectro ideológico apoiam mais governos autoritários. No Brasil, uma onda contra a esquerda, principalmente através da bandeira do antipetismo, tem sido levantada desde as eleições presidenciais de 2014. Políticos de direita que defendem isso apresentam em seus discursos uma nostalgia do passado brasileiro relacionado ao regime militar. O principal exemplo é do presidente Jair Bolsonaro, que exalta o regime em seu discurso e desqualifica as instituições democráticas.

As análises apresentadas reafirmam o alerta de que, para a estabilidade da democracia, não basta o bom desempenho de suas instituições, mas também a existência de uma cultura política condizente com valores democráticos. A coexistência tem apenas agravado os impactos do legado autoritário e aumentado a polarização política no país.

Referências

ALMOND, Gabriel. The intellectual history of the civic culture concept. *In*: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. (org.). *The civic culture revisited*. Newbury Park/London/New Delhi: Sage, 1989. p. 1-36.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications, 1989.

AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Nacional, 1934.

AMENI, Cauê Seigner. Democracia já tem quase 2 mil assassinatos políticos no campo. *In*: JUSTIFICANDO. 13 mar. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/03/13/democracia-ja-tem-quase-2-mil-assassinatos-politicos-no-campo/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

AMORIM, Maria Salete Souza. Cultura Política e estudos de poder local. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 99-120, 2007.

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 2, 41 – 58, jul./dez. 2020

- BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, 1997.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS. 2001.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 16-32, 2008.
- BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In: BAQUERO, Marcello. *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-45.
- BAQUERO, Marcello. Memória política e constituição da cultura política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 48, n. 2, p. 84-92, 2012.
- BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- BAQUERO, Marcello. *Democracia Inercial: Assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo S. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 369-399, 2011.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BIRKNER, Walter M. Knaesel. *Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional*. Blumenau: EdiFurb, 2006.
- BRAITHWAITE, Valerie; LEVI, Margaret. *Trust and governance*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1998.
- CASTRO, Henrique. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 1, 2008.
- COLEMAN, James. Rationality and the justification of democracy. In: BRENNAN, G.; LOMASKY, L. E. (org.). *Politics and process*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 194-221, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980.
- DA COSTA, Maíra Pereira; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Justiça de transição, cultura política e legado autoritário no Cone Sul. *Revista Sulamericana de Ciência Política*, v. 5, p. 125-146, 2019.

DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Introduction. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian. (org.). *The civic culture transformed*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014a.

DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Political culture and value change. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian. (org.). *The civic culture transformed*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b.

DIAMOND, Larry. Causes and effects. In: DIAMOND, L. (org.). *Political culture and democracy in developing countries*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, p. 229-250, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 25. ed. RJ: José Olympio, 1986.

HETHERINGTON, March J. The political relevance of political trust. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 92, n. 4, p. 791-808, 1998.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, Washington, D. C., v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.

INGLEHART, Ronald. Cultura e Democracia. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, p. 133-153, 2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Cristian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The human development sequence*. Cambridge: Cambridge University, 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves olvidadas del desarrollo. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 69, CEPAL, dic.1999.

LIMONGI, Fernando P. “O federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da Política*, v. 1, p. 245-287, 2001.

LOSURDO, Domênico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. Bases sociopolíticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

MONASTÉRIO, Leandro M. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de S. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Ed Edunisc, 2003. p. 61-84.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Cultura política e capital social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

MORAIS, Jennifer; BAQUERO, Marcello. Rise and institutionalization of political intolerance as a political value in a hybrid culture. BAQUERO, Marcello. (org.). *The youth and the challenges for building democracy in Brazil*. Escritos, Porto Alegre, 2020, (e-book).

NAZZARI, Rosana Kátia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, p. 145-154, 2005.

NORRIS, Pippa *et al.* *On Message: communicating the campaign*. London: Thousand Oaks/New Delhi: Sage, 1999.

NUPELAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Pesquisa com jovens em Porto Alegre. 2002.

NUPELAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. *Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil* (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). 2015/2016.

NUPELAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. *Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil* (Porto Alegre). 2019.

PASE, Hemerson Luiz. Capital social e desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul. *Tese* (Doutorado) – Programa da Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

PASE, Hemerson Luiz; SANTOS, Everton. *Capital social e desenvolvimento no Rio Grande do Sul*. 2008. Disponível em: <http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/arquivos/mt/Livro%20completo%20desenvolvimento%20regional%202008.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PHARR, Susan; PUTNAM, Robert. (org.). *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University, 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA; Julian. As dimensões da participação política no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 20, p. 11-36, 2011.

RIEDL, Mário; VOGT, Olgário. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, M. D. S. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 149-211.

SOUZA, Bruno Mello; GALLO, Carlos Artur. Legados culturais do autoritarismo no Cone Sul. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 75-89, 2015.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ZORZI, Felipe. Education and inequality: comparative political socialization in public and private schools. In: BAQUERO, Marcello. (org.). *The youth and the challenges for building democracy in Brazil*. Porto Alegre: Escritos, 2020. (e-book).